



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**  
**METRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE EMPRESAS**

**SHERMAN ALCANTARA GONCALVES MACIEL**

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO**  
**CEARENSE**

**FORTALEZA**

**2021**

SHERMAN ALCANTARA GONCALVES MACIEL

EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO  
CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia de Empresas

Orientador: Prof. Dr. João Mário Santos de França.

Co-Orientador: Prof. Dr. Jimmy Lima de Oliveira

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M139e Maciel, Sherman Alcantara Goncalves.  
Efeitos da Pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho Cearense / Sherman Alcantara  
Goncalves Maciel. – 2021.  
42 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,  
Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Economia de Empresas, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. João Mário Santos de França .  
Coorientação: Prof. Dr. Jimmy Lima de Oliveira .

1. Mercado de trabalho. 2. Decomposição da renda. 3. COVID-19. I. Título.

CDD 330

---

SHERMAN ALCANTARA GONCALVES MACIEL

EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO  
CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia de Empresas

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João Mário Santos de França (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Jimmy Lima de Oliveira (Co-Orientador)  
Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE)

---

Prof. Victor Hugo de Oliveira Silva  
Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser tão presente em minha vida, me ensinando a cada dia que a humildade, a simplicidade e o ato de servir despretensiosamente me faz um ser melhor. A ele todas as glórias e conquistas.

A toda minha família, em especial meus pais, Pedro de Alcantara Maciel e Lucia Maria Gonçalves Loiola, do qual hoje me orgulho de dar a eles este presente.

À minha mãe, que na ausência do meu pai (em memória) me educou de forma digna e sempre soube me estender à mão e sorrir, mesmo nos momentos difíceis.

Ao meu avô que mesmo não tendo frequentado uma faculdade me ensinou a ser um homem de bem.

Ao meu tio, Antonio Pedro Gonçalves Loiola, que sempre me incentivou a estudar.

À minha tia, Engracia Maria Gonçalves Loiola, que sempre confiou em mim, torceu e vibrou pelo meu sucesso e felicidade, e ao meu irmão, Pedro de Alcantara Maciel Junior, que sempre me ajudou e fez minha caminhada se tornar menos árdua.

À minha esposa, Aline Kettyane Ferreira Nunes, fiel e incansável companheira das intempéries da vida e das melhores alegrias que encontrei ao lado dela.

A todos os professores que tive no decorrer do curso, por me tornarem uma pessoa melhor, com mais conhecimento e sabedoria, que doaram o melhor de si para que pudéssemos crescer e se expandir no universo do direito.

Aos companheiros fiéis nas horas felizes e conselheiros nas mais difíceis.

Ao meu coorientador Jimmy Lima de Oliveira, pela paciência e orientação, sem as quais não teria sido possível. E ao professor João Mário Santos de França, que aceitou esse desafio de me orientar com tanta destreza e tranquilidade.

Aos meus amigos acadêmicos de caminhada, que não foram poucos, dividindo experiências e emoções, a cada passo dado. A interação, a ajuda mútua, o sentimento de fraternidade e companheirismo. Estarão eles guardados definitivamente neste imenso coração que carrego em meu peito e eternizados em minha memória. A esta instituição maravilhosa, Universidade de Federal do Ceará– UFC, e a todos os funcionários que tive oportunidade de conhecer e conviver tão grandiosamente.

## RESUMO

Este trabalho procura identificar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho, em especial, na economia cearense analisando os trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade. A fim de prover a análise proposta utilizou-se a metodologia de decomposição da renda. Os documentos foram levantados na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando as publicações da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), mais especificamente a PNAD Contínua Trimestral. Para fins de análise serão consideradas publicações da PNAD de 2019 a 2020 para possibilitar uma análise comparativa do cenário anterior à pandemia. Os resultados obtidos evidenciaram que o mercado de trabalho cearense sentiu os efeitos da pandemia, sobretudo, quando considerados os grupos de indivíduos do mercado de trabalho com baixo nível de escolaridade. Nestes dois anos de crise, a maior queda observada se deu no indicador de renda média mensal do cearense com nível de escolaridade fundamental completo, com redução na ordem de 41,59%. Um dos possíveis fatores identificados para este resultado foram a redução da jornada de trabalho e a queda da participação da população no mercado de trabalho cearense observada para esse grupo; já o indicador de jornada de trabalho, apresentou a segunda maior redução observada em todos os grupos de escolaridade, com maior repercussão para os de nível médio completo (-29,54); o rendimento-hora teve um menor incremento na pandemia para o nível fundamental completo (16,04%) que também apresentou a maior redução de anos de estudo entre os dois anos (-0,41%). Nestes dois anos de crise, a maior queda observada se deu no indicador de renda média mensal do cearense com nível de escolaridade fundamental completo, resultado esse que parece ter sido impulsionado pela redução nas horas trabalhadas.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. Decomposição da renda. COVID-19.

## ABSTRACT

This paper seeks to identify the impacts of the COVID-19 pandemic on the labor market, especially on the Ceará economy, analyzing workers with different levels of education. In order to provide the proposed analysis, the income decomposition methodology was used. The documents were collected from the database of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), considering the publications of the National Survey of Samples by Household (PNAD), more specifically the PNAD Continuous Quarterly. For analysis purposes, PNAD publications from 2019 to 2020 will be considered to enable a comparative analysis of the scenario prior to the pandemic. The results obtained showed that the labor market in Ceará felt the effects of the pandemic, especially when considering groups of individuals in the labor market with a low level of education. In these two years of crisis, the biggest drop observed occurred in the indicator of average monthly income of people from Ceará with complete primary education level, with a reduction in the order of 41.59%. One of the possible factors identified for this result were the reduction of working hours and the drop in the population's participation in the Ceará labor market observed for this group; the working hours indicator, on the other hand, presented the second largest reduction observed in all education groups, with greater repercussion for those with complete secondary education (-29.54); the hourly income had a smaller increase in the pandemic for the complete elementary school (16.04%) which also presented the greatest reduction in years of study between the two years (-0.41%). In these two years of crisis, the biggest drop observed occurred in the indicator of average monthly income of people from Ceará with complete primary education level, a result that seems to have been driven by the reduction in hours worked.

**Keywords:** Labor market. Decomposition of income. COVID-19.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Esquema de decomposição do salário dos que estão ocupados.....	32
Figura 2	– Esquema de decomposição da taxa de ocupação na PIA.....	33
Figura 3	– Esquema de decomposição trabalhista (reunião de todas as variáveis).....	33



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– PIB trimestral cearense x PIB trimestral brasileiro.....	19
Gráfico 2	– Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação do trabalho principal, segundo o nível de escolaridade – Ceará – 2T/2019.....	21
Gráfico 3	– Percentual pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que estavam temporariamente afastadas de algum trabalho remunerado, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020.....	22
Gráfico 4	– Média de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência em todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020.....	23
Gráfico 5	– Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020.....	24
Gráfico 6	– Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020.....	26
Gráfico 7	– Nível de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020.....	27
Gráfico 8	– Taxa de crescimento interanual do rendimento médio real de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020.....	28
Gráfico 9	– Índice de Gini do rendimento médio real de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho – Ceará – 1T/2018 a 4T/2020.....	30

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	—	Decomposição da Renda do Trabalho por Ingredientes Trabalhistas, segundo nível de escolaridade – Ceará – 2020.2/2019.2.....	35
----------	---	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID-19	<i>Corona Virus Disease 19</i>
ECLAC	<i>Economic Commission for Latin America and the Caribbean</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO	International Labour Organization
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio
PROGER	Programa de Geração de Renda

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE NA PANDEMIA DA COVID-19.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA E BASE DE DADOS.....</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>34</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Diante de cenário mundial de pandemia trazido pela COVID-19, na tentativa de reduzir a propagação do vírus, diversos países adotaram medidas restritivas à população, obrigando-as a ficarem em isolamento domiciliar ou social (Usher et al., 2020). No Brasil, as determinações iniciaram em março de 2020, aconselhando a população a ficar em suas residências e obrigando às empresas, escolas e universidades a fecharem, mantendo em funcionamento apenas os serviços essenciais de saúde como hospitais e locais de pronto atendimento, serviços de suprimentos para alimentação como supermercados e padarias, e serviços de comunicação à população (BRASIL, 2020). O que impactou no mercado de trabalho.

É nesse sentido que se realiza este estudo, considerando os impactos da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro, enfocando a pesquisa na economia cearense. Salienta-se que, a redução da atividade econômica e as restrições à circulação de pessoas afetam os setores industriais e de serviços. As cadeias de suprimentos globais e regionais foram afetadas negativamente. O setor terciário, em particular, as atividades de turismo, viagens e varejo, são especialmente vulneráveis. De acordo com uma análise preliminar do Conselho Mundial de Comércio e Turismo, espera-se uma redução nos movimentos internacionais de até 25% em 2020, o que poderia colocar em risco milhões de empregos (WTT, 2020).

O relatório do mês de junho de 2020 do *World Bank Group* (2020) apontou que a recessão na economia trazida pela COVID-19 é projetada como a quarta mais profunda desde o ano de 1870 e a mais severa desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo destacadas contrações do produto per capita em uma parcela de países sem precedentes. As projeções indicaram uma possível queda de 7% na produção de economias avançadas e de 2,5% na produção de economias emergentes ou em desenvolvimento.

A análise realizada pela *Economic Commission for Latin America and the Caribbean* (ECLAC)/*International Labour Organization* (ILO) em novembro de 2020 sobre os impactos econômicos da pandemia, demonstrou que os maiores impactos foram sentidos no segundo trimestre de 2020, com a perda de cerca de 47 milhões de empregos em toda a região da América do Sul, em comparação com o mesmo trimestre de 2019. A taxa de desemprego ficou em 11% no segundo trimestre de 2020.

No ILO Monitor de setembro de 2020 foram considerados os principais impactos no mercado de trabalho, verificando-se as perdas de horas de trabalho no segundo trimestre de

2020 de 17,3%, o que significa 495 milhões de empregos equivalentes em tempo integral, quando comparado ao quarto trimestre de 2019. Os resultados apresentados pelo relatório ainda demonstram um declínio estimado em 23,3% no segundo trimestre de 2020 nas horas de trabalho em países de renda mais baixa. As perdas de renda também se apresentaram significativas, atingindo 15,1% nos países de renda média baixa e 11,4% nos países de renda média alta.

O *World Bank Group* (2021) em um relatório traçou possíveis cenários para recuperação da economia frente a pandemia, sendo mencionado que os esforços insuficientes dos governos e retardos na vacinação da população resultam no aumento de casos e no colapso da saúde e, conseqüentemente, no aumento da crise econômica e financeira. Em um cenário negativo, a recuperação da economia se apresenta como fraca e prolongada, com o crescimento global limitado a 1,6% em 2021 e a 2,5% em 2022. No cenário positivo, o crescimento projetado em 2021 é de 5,0% para economias avançadas e de 4,1% para economias emergentes e em desenvolvimento. Já em 2022, ainda seria possível perceber as cicatrizes da recessão econômica trazida pela COVID-19, com uma expectativa de crescimento, em média de somente de 1,8% para economias emergentes e em desenvolvimento.

Dessa forma, verifica-se que os impactos na economia e no mercado de trabalho em decorrência da pandemia COVID-19 são significativos globalmente, com os efeitos podendo ser verificado na economia brasileira. No Brasil, bem como em todas as partes do mundo, a pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus desencadeou uma série de crises em várias esferas além da saúde, devido, principalmente, as medidas de isolamento social e fechamento do comércio, assim, uma crise econômica se instalou no país que tem uma projeção negativa de seu Produto Interno Bruto (PIB) para o corrente ano com percentual de - 6,5%, conforme dados do Banco Central do Brasil (2021).

A pandemia destaca a extensão das desigualdades sociais e a tendência de concentração de riqueza existente no planeta. Um dos setores mais afetados tem sido o dos trabalhadores informais, que, por não estarem no Sistema de Seguridade Social, não têm apoio financeiro para manter uma renda que permitir-lhes sobreviver a uma crise. Neste ano de 2020, considerando a impossibilidade de realizarem suas atividades profissionais, foi concedido pelo Governo Federal o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 a esses trabalhadores, após aprovação do Projeto de Lei n. 9.236/2017. Também é possível considerar a possibilidade de o número de trabalhadores na pobreza aumentar substancialmente.

De acordo com um relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil está no rol dos países listados como mais afetados pela pandemia de Covid-19,

bem como aqueles com grande número de trabalhadores informais. A taxa de economia informal do Brasil era de 46% em abril de 2020 (PNAD COVID-19, 2020). Segundo o IBGE, no último trimestre de 2020, o número de brasileiros oficialmente desempregados é de 12,8 milhões e o número de subempregados aumentou 8,7%, para um recorde de 28,7 milhões. A taxa de subemprego saltou para 25,6%, também um recorde (PNAD, 2020).

Pesquisas como a de Carvalho et al. (2020), Corseuil, Franca e Ramos (2020) e de Hecksher (2020) tem se voltado para os impactos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro, ratificando problemas como o aumento dos índices de desemprego, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que visem a redução dos efeitos da pandemia sobre o emprego e a renda.

Apesar de incipientes, algumas medidas já vêm sendo adotadas no Brasil com o intuito de reduzir os efeitos da pandemia sobre o emprego e a renda. Como primeiras medidas é possível citar o adiamento do recolhimento do Simples Nacional por três meses em março de 2020 e a liberação de R\$ 5 bilhões pelo Programa de Geração de Renda (PROGER) com vistas à concessão de empréstimos pelos bancos públicos a micro e pequenas empresas.

Destaca-se, ainda, a Medida Provisória (MP) n°. 944/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que abriu linha de crédito para empresas com receita anual entre R\$360 mil e R\$ 10 milhões, tendo em vista garantir os pagamentos de salários, bem como a MP n°. 936/2020, que permitiu às empresas reduzir a jornada de trabalho e, proporcionalmente, o salário, assim como, suspender temporariamente o contrato de trabalho, com o Governo Federal assumindo o pagamento complementar ao trabalhador. Assim, diferentes medidas têm sido adotadas, porém, os resultados ainda estão aquém de redução dos impactos, se fazendo fundamental um olhar mais atento ao assunto.

Salienta-se que a opção por estudar os impactos em trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade se deu por considerar as características históricas de desigualdade da educação e seus reflexos nos diferentes setores sociais, sendo o emprego um dos principais afetados. Com isso, buscou-se perceber o quanto a pandemia intensificou ou acelerou essas questões sociais já conhecidas no país, optando-se por comparar os trimestres de 2019.2 a 2020.2 por possibilitar conhecimento do cenário anterior à pandemia frente ao trimestre em que a pandemia já estava estabelecida no cenário local.

Considerando o cenário descrito, verifica-se a importância de realização de estudos que melhor possam descrever os impactos sentidos e, talvez, direcionar medidas mais adequadas para mitigá-los. Destaca-se ainda a relevância social da pesquisa por sua importante contribuição para a compreensão do atual cenário econômico, bem como sua contribuição para

o meio acadêmico pelo ineditismo da pesquisa, visto que até o momento não havia publicações sobre o tema. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo investigar o impacto da pandemia COVID-19 no mercado de trabalho cearense. Mais especificamente, procura-se identificar os efeitos da pandemia sobre trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade, demonstrando o grupo de trabalhadores que mais foi afetado em relação ao desemprego; bem como, averiguar o grupo de trabalhadores mais afetado em relação à renda média mensal e ao número de horas trabalhadas.

Para tanto utiliza-se informações da PNAD no segundo trimestre de 2019 e 2020, a escolha desses dois trimestres tem como objetivo verificar o impacto inicial da pandemia no mercado de trabalho, bem como evitar variações sazonais dos períodos. Utiliza-se a metodologia da decomposição trabalhista usando a métrica comum da renda, segundo os níveis de escolaridades, nos moldes de Neri (2011) e Neri (2019a).

Além dessa introdução, o presente estudo possui mais cinco seções. A seção dois apresenta os aspectos teóricos referentes aos estudos que avaliam os efeitos da Covid sobre o mercado de trabalho. Em seguida são expostas as situações do mercado de trabalho cearense na pandemia da covid-19, contemplando uma breve análise das variáveis de interesse do estudo. Na seção três são apresentados o banco de dados e a metodologia de decomposição trabalhista segundo os níveis educacionais. A seção quatro se reserva à análise e discussão dos resultados. Por fim, são tecidas as considerações finais do estudo.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na literatura brasileira é possível verificar que os estudos sobre os impactos da pandemia COVID-19 ainda são preliminares, se limitando a notas de conjuntura sobre os resultados verificados no país durante esse período.

No Brasil, na pesquisa realizada por Barbosa, Costa e Hecksher (2020), o estudo se voltou para a possibilidade do aumento das desigualdades sociais já existentes. Os autores tiveram como objetivo identificar os trabalhadores que sofreram maior impacto em termos de perda de ocupação no Brasil em dois períodos: o mês de março de 2020 e a segunda quinzena do mesmo mês deste ano de 2021. Os autores verificaram que os mais afetados foram as mulheres (20% de maiores chances de desemprego), os mais jovens (20% de maiores chances de desemprego), os pretos (18% de maiores chances de desemprego) e os com menor nível de escolaridade (15% de maiores chances de desemprego), trabalhadores com jornada parcial (25% de maiores chances de desemprego), informais (23% de maiores chances de desemprego) e com menores salários (28% de maiores chances de desemprego), o que evidencia a ampliação das desigualdades sociais no país (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

Goes, Martins e Nascimento (2020), dedicaram sua pesquisa ao estudo das desigualdades de renda no país no que diz respeito aos trabalhadores remotos, comparando seus rendimentos ao daqueles em ocupações presenciais. Com base nos resultados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD Covid-19), os autores mencionaram a queda no número de trabalhadores em *home office*, enquanto no início da pandemia estava acima de 8 milhões de trabalhadores, em outubro de 2020 esse número caiu para 7,6 milhões de pessoas, uma queda de 477 mil pessoas nesses postos de trabalho. Esse resultado demonstra um início de retorno dos trabalhadores aos seus postos de trabalho, deixando o *home office*. Em relação aos rendimentos, os autores também puderam confirmar a desigualdade em relação aos trabalhadores em postos convencionais de trabalho, identificando que somente 18,5% da massa de rendimentos efetivamente recebidos na economia brasileira foram provenientes de trabalhadores em *home office*.

Analisando os efeitos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro, Neri (2020a) ratificou os impactos negativos, destacando o aumento na desigualdade de renda do país. Em seus resultados foi apontada uma queda na renda média individual do trabalhador brasileiro de 20,1% no primeiro trimestre da pandemia. Salienta-se que os resultados foram obtidos a partir da comparação com o trimestre anterior, portanto sujeito a sazonalidade no mercado de

trabalho. A desigualdade subiu 2,82%, conforme índice de Gini da renda de trabalho, o que representou um recorde negativo não verificado nas séries históricas iniciadas em 2012. A redução no rendimento dos trabalhadores, de acordo com Neri (2020a) foi motivada pela redução na jornada de trabalho (-14,34%) e na taxa de ocupação (-9,9%). Para o autor, a redução na jornada de trabalho foi estratégia válida, tendo um efeito poupador, considerando que se a jornada ficasse constante, a possibilidade é que a taxa de ocupação caísse 22,8%. Ao analisar a taxa de ocupação entre os trabalhadores de diferentes escolaridades, Neri (2020a) verificou que o grau de instrução do trabalhador é proporcional à taxa de participação no mercado de trabalho, quanto menor a escolaridade do trabalhador maior é a taxa de desemprego verificada pelo autor.

Em outra pesquisa realizada por Neri (2020b), foi analisado o impacto da pandemia COVID-19 sobre as classes econômica brasileiras, sendo verificado efeito positivo na renda da população de renda mais baixa (rendas per capita menores que  $\frac{1}{2}$  (meio) salário-mínimo) pelo auxílio emergencial pago pelo Governo Federal.

Os impactos da pandemia no mercado de trabalho têm se mostrado com resultados diferentes no mundo. Em países como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, de acordo com a pesquisa realizada por Adams-Prassl (2020), é possível verificar essa diferença, principalmente pelas formas de trabalho já estabelecidas. Os autores afirmam que a Alemanha foi a que menos sentiu os impactos em seus trabalhadores, provavelmente por terem um esquema de trabalho de curta duração bem estabelecido. Esse programa de curta duração é chamado de *Kurzarbeit* e trata-se de um programa do Estado, que permite que as empresas reduzam o horário de trabalho, recebendo subsídios para continuar pagando pelo menos 60% do salário de seus funcionários. Apesar de ser ratificadas as diferenças entre os países pelos autores, é possível verificar resultados semelhantes, inclusive, em relação às pesquisas apresentadas neste estudo no Brasil, sendo mencionado o aumento na desigualdade de renda e a maior probabilidade de desemprego para mulheres e trabalhadores com menor escolaridade, resultado também verificado na pesquisa de Barbosa, Costa e Hecksher (2020).

Diferentemente desses resultados, Alon et al. (2020), ao realizar uma pesquisa nos Estados Unidos para identificar os efeitos da pandemia COVID-19 sobre a desigualdade de gênero, verificaram o maior impacto nos empregos femininos do que nos masculinos em comparação com outras recessões, principalmente nas mulheres que são mães, visto que o fechamento das escolas e creches aumentaram a necessidade de cuidados com as crianças. Em contrapartida, os efeitos também podem promover a igualdade, já as mulheres aceitam mais facilmente o trabalho à distância. Considerando ocupações em que pelo menos 25% dos

trabalhadores afirmaram que poderiam trabalhar à distância, se verificou que 49% dos empregados são do sexo masculino e 63% são mulheres.

Benzeval et al. (2020), verificaram menor queda na taxa de desemprego no Reino Unido, todavia, em um curto espaço de tempo. Enquanto a taxa de ocupação em fevereiro de 2020 era de 80,4%, em abril essa taxa passou a ser de 78,4%. Assim como na pesquisa de Alon et al. (2020), os homens também se apresentaram como mais afetados pela crise, com queda de 2,2% na taxa de ocupação, enquanto as mulheres tiveram uma queda de 1,8%. Contudo, as pessoas não brancas foram sem dúvidas as mais afetadas, com uma queda na taxa de ocupação de 4,6%, enquanto os brancos apresentaram queda de 1,7%.

Em estudo realizado na Noruega, Alstadsæter et al. (2020), verificaram que os efeitos no mercado de trabalho do país são ditos como temporários, com 90% das dispensas relatadas como provisórias. Os autores também verificaram que a população financeiramente mais vulnerável e com crianças menores de 14 anos, foi a mais afetada pela pandemia. Além disso, as dispensas definitivas geralmente foram realizadas por empresas menores, menos produtivas e financeiramente mais fracas. As mulheres também se mostraram mais expostas que os homens. Com o serviço público apresentando maior estabilidade em relação aos trabalhadores. Os autores verificaram, na Noruega, resultados semelhantes aos dos pesquisadores brasileiros, afirmando que, quanto menor for a escolaridade, a renda, a remuneração por hora e a classe social de um empregado, maior o risco de demissão.

Papanikolaou e Schmidt (2020), em estudo realizado nos Estados Unidos, verificaram resultados semelhantes em relação ao perfil dos trabalhadores mais afetados, 15% da taxa de desemprego foi verificada entre aqueles com salários mais baixos, especialmente com filhos pequenos, sem curso superior. Resultado semelhante também foi verificado na pesquisa realizada por Shibata (2020), também nos Estados Unidos, com os trabalhadores em situação de vulnerabilidade financeira como os mais afetados. Em relação às horas trabalhadas, o autor menciona que a jornada de trabalho reduziu 17,3%, sendo 80% pelo aumento na taxa de desemprego e 20% pela redução na carga horária de trabalho.

Gaudecker et al. (2020), em estudo realizado na Holanda também puderam verificar os impactos, destacando uma redução de 13% nas horas de trabalho. A redução em postos de trabalho refletiu no aumento do número de horas trabalhadas em *home office*, enquanto antes da pandemia era de 4 horas, com a pandemia passou a ser de 14,3 horas, se igualando ao número de horas em postos de trabalho durante a pandemia. Os autores ainda verificaram que os autônomos foram mais impactados pela redução nas horas trabalhadas, somente 52% informaram que as horas continuaram constantes.

Nos Estados Unidos, a pesquisa de Béland et al. (2020), demonstrou que a pandemia ocasionada pela COVID-19 aumentou a taxa de desemprego (10,0%), diminuiu as horas de trabalho (-0,75 horas) e a participação na força de trabalho (3,5%), com o perfil de trabalhadores mais afetados se caracterizando como os mais jovens, não brancos, não casados e com menor escolaridade.

Borjas e Cassidy (2020), também demonstraram a queda da taxa de emprego nos Estados Unidos entre fevereiro e abril de 2020, com os imigrantes sendo os mais afetados pela crise no mercado de trabalho. Para os homens, o aumento na taxa de desemprego foi verificado em 16,8% para nativos, 23,5% para imigrantes legais e 31,9% para imigrantes sem documentos, enquanto para as mulheres foi de 22,4, 31,3 e 29,8, respectivamente. Os resultados evidenciam novamente maior impacto no público feminino em relação ao aumento da taxa de desemprego.

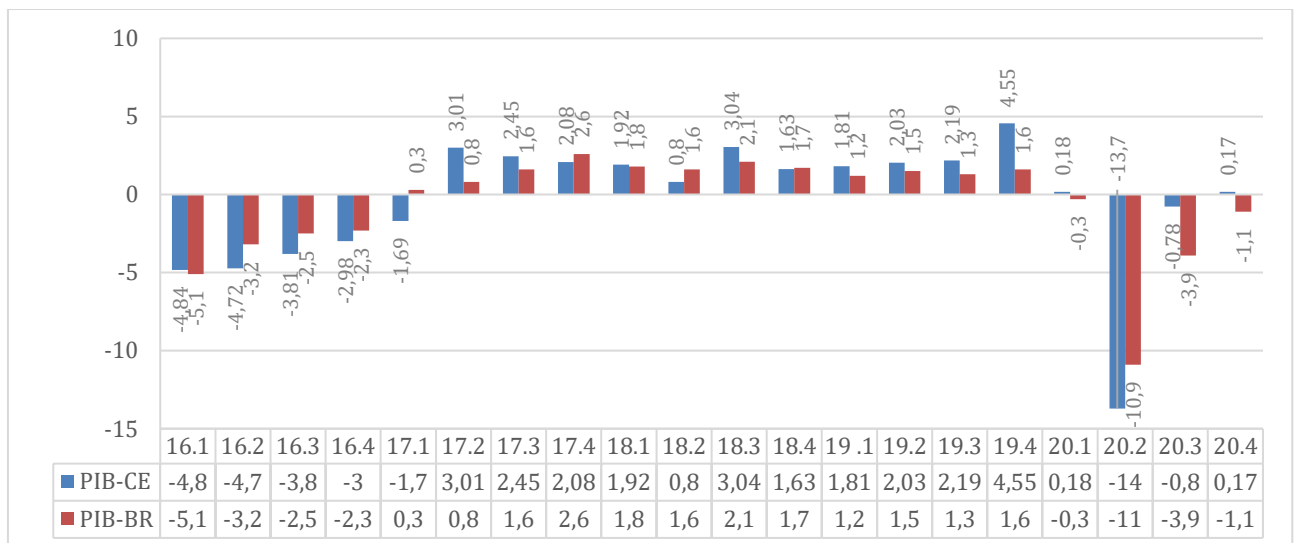
Para Fairlie, Couch e Xu (2020), o impacto sentido pelo mercado de trabalho não é visto no mundo desde a Grande Depressão em 1929, com um percentual de desemprego em 14,7% no mundo, em abril de 2020. De acordo com os autores as minorias foram as mais afetadas, com destaque para afro-americanos, que apresentaram uma taxa de desemprego de 31,8%, 8,3 pontos percentuais mais alta do que a taxa de brancos. De acordo com os autores, esses resultados já são maiores que as taxas anteriores, destacando ser maior do que em fevereiro de 2020, quando a diferença era de 5,0%, do que em janeiro de 2020, quando era 5,3% e do que nos três anos anteriores (2017-2019), que era de 4,6 por cento, ratificando o que pesquisas apresentadas anteriormente já evidenciaram, que os negros foram os mais afetados no mercado de trabalho nessa atual pandemia.

### 3 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE NA PANDEMIA DA COVID-19

O Ceará, sem dúvidas, foi um dos Estados brasileiros mais atingidos pela COVID-19. Desde o início de 2020, até junho de 2021, registrou-se mais de 841 mil casos confirmados, destes, mais de 21 mil pessoas vieram à óbito. De acordo com relatório técnico elaborado pelo Covid19Analytics (2020), neste ano de 2021, o Estado ficou em algumas ocasiões, como a ocorrida em março, em primeiro lugar no número de casos novos por dia, chegando a 5.699 novos casos em 24h. Esses resultados exigiram do Governo do Estado medidas restritivas que pudessem mitigar o contágio pelo vírus e um consequente colapso na saúde pública, com medidas de *lockdown*<sup>1</sup> constantes sendo aplicadas.

Com isso, o resultado econômico não foi diferente do restante do Brasil, particularmente no que se refere ao mercado de trabalho. A pandemia e os seus efeitos no mercado de trabalho foram sentidos em todos os setores e ocupações, seja pela suspensão dos trabalhos, seja pela diminuição das horas, até mesmo pelo fim de postos existentes. O Gráfico 1 traz uma comparação dos resultados trimestrais do produto estadual com o nacional, onde claramente se observa os efeitos dos choques gerados pela pandemia no PIB brasileiro vis-à-vis o PIB cearense.

Gráfico 1: PIB trimestral cearense x PIB trimestral brasileiro



Fonte: IBGE (2021).

<sup>1</sup> Política de restrição para que as pessoas ou comunidade permaneçam onde estão, geralmente devido a riscos específicos para si mesmas ou para outras pessoas, caso possam se mover e interagir livremente. O termo "ficar em casa" ou "abrigo no local" costuma ser usado para bloqueios que afetam uma área, em vez de locais específicos.

A partir do Gráfico 1, verifica-se que o Ceará tem apresentado resultados superiores ao Brasil em termos de crescimento do PIB, mesmo quando os resultados são negativos para ambos. Contudo, vale ressaltar que para o segundo trimestre de 2020, o PIB do Ceará teve uma queda mais acentuada em comparação ao PIB brasileiro, efeito evidente dos impactos da COVID-19 no desempenho econômico cearense<sup>2</sup>. Se comparar a evolução do PIB ao longo dos trimestres, verifica-se que o quarto trimestre de 2019 teve o melhor desempenho dos últimos anos (4,55%), entretanto, devido ao início das medidas de restrições e aos impactos causados pela pandemia, observa-se um decréscimo significativo no PIB estadual, atingindo 13,7% de queda no segundo trimestre de 2020.

Apesar do desemprego ter atingido todos os setores da economia, tais impactos não se deram de forma homogênea. Tanto os trabalhadores do setor informal, quanto os trabalhadores com menores níveis de escolaridade experienciaram efeitos negativos, oriundos da crise do COVID-19, de forma mais intensa que os demais trabalhadores. Uma questão a se levantar seria acerca dos fatores que estão direcionando tais resultados. O primeiro fator a ser elencado seria a alta participação de trabalhadores menos escolarizados no mercado de trabalho, gerando uma vulnerabilidade de tais indivíduos devido a facilidade de substituição. Além disso, medidas de distanciamento social, tais como toques de recolher e suspensão de serviços considerados não essenciais<sup>3</sup> podem desempenhar papéis fundamentais para explicar o fato mencionado anteriormente. Vale ressaltar que trabalhadores menos escolarizados, em sua grande maioria, não possuem meios alternativos - *Home Office*, teletrabalho e etc. - para desempenharem suas funções.

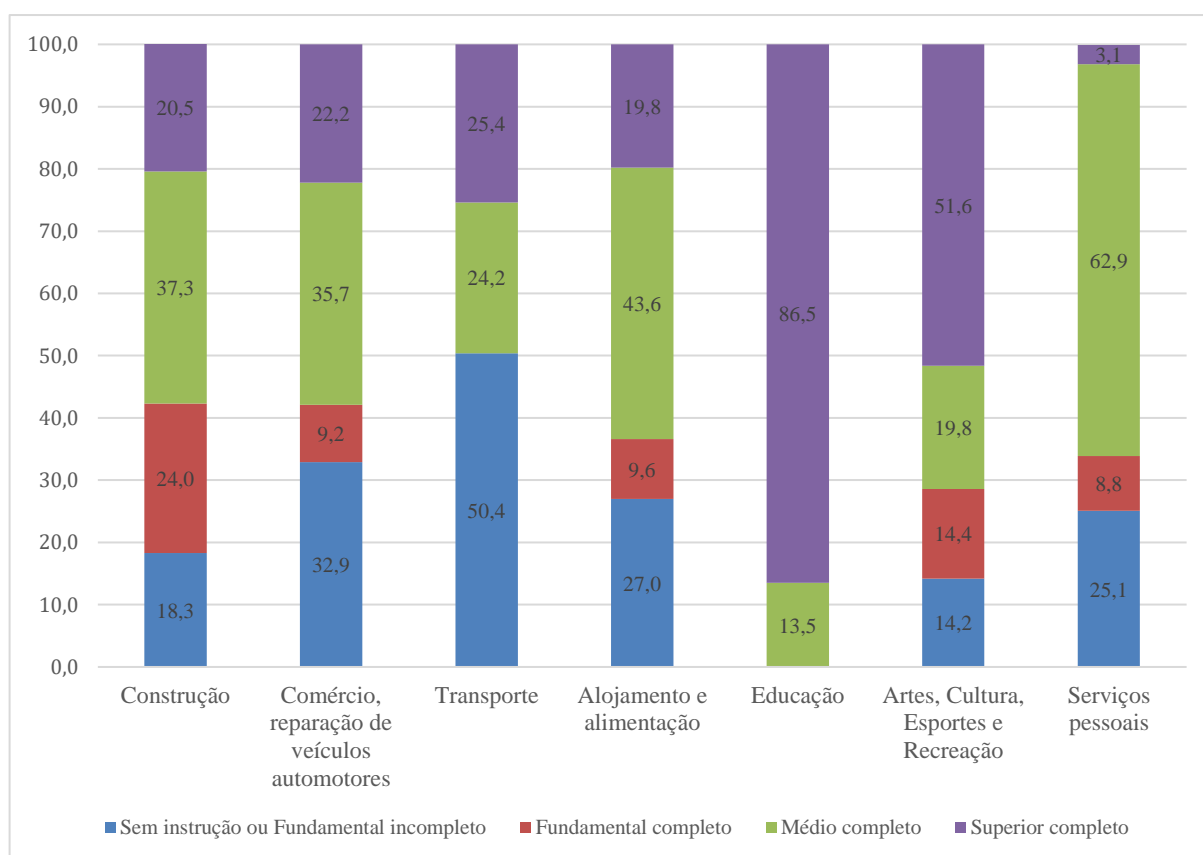
No que tange ao setor informal, é sabido que tal setor possui uma maior rotatividade dado os contratos de trabalho mais flexíveis. Portanto, tal característica faz com que trabalhadores menos escolarizados nesse setor sejam mais atingidos, resultando em uma maior proporção de desempregado frente aos outros trabalhadores com diferentes níveis educacionais. De modo geral, o Gráfico 2 mostra o percentual de trabalhadores nos setores mais afetados pelas medidas de restrição impostas pelo Governo no segundo trimestre em 2019, distribuídos segundo nível educacional. Como resultado, se comparamos essa fotografia, em 2020, com a situação pré-pandemia será perceptível que os trabalhadores mais afetados serão os com menor nível de escolaridade dos setores que não foram considerados essenciais, por exemplo serviços pessoais.

---

<sup>2</sup> É necessário ressaltar que o do estado do Ceará ter sido um dos primeiros a adotar medidas de restrição de circulação.

<sup>3</sup> Alguns exemplos são bares, academias e etc.

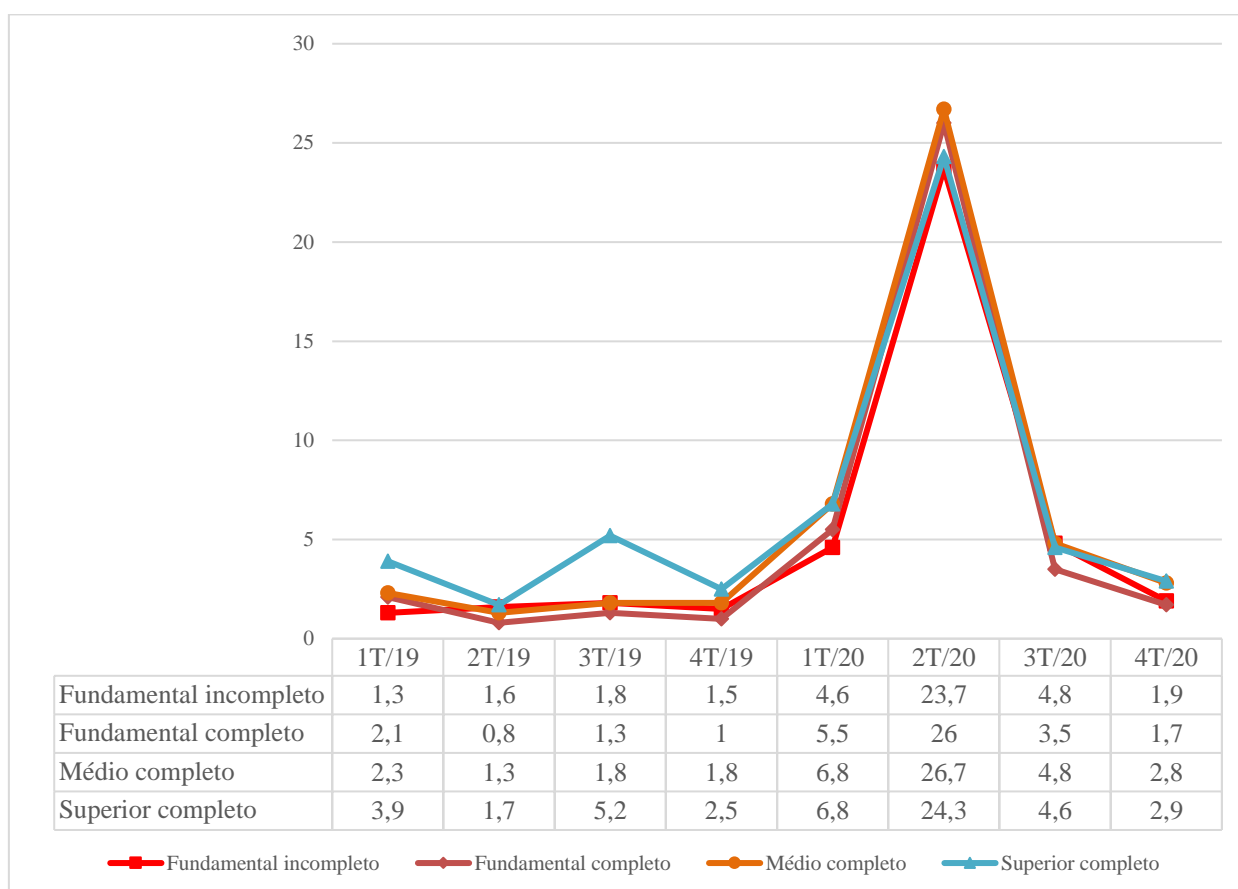
Gráfico 2: Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação do trabalho principal, segundo o nível de escolaridade – Ceará – 2T/2019



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Ademais, é importante considerar o lado da demanda no mercado de trabalho. O impacto em trabalhadores com menor grau de instrução possivelmente está relacionado às características dos postos ofertados, geralmente se exigindo ensino médio completo, bem como uma crescente demanda por profissionais portadores de diplomas de ensino superior. Além disso, destaca-se que a automação também é apontada como fator de impacto em ocupações da indústria e do setor de serviços como call centers e apoio administrativo. De fato, menores índice de empregos e taxas de ocupação entre pessoas com menor escolaridade já é histórico no país, onde possivelmente tal fenômeno venha a ter sido intensificado com a pandemia. Portanto, é seguro se afirmar que os trabalhadores com menor nível escolaridade são os mais afetados.

Gráfico 3: Percentual pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que estavam temporariamente afastadas de algum trabalho remunerado, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020



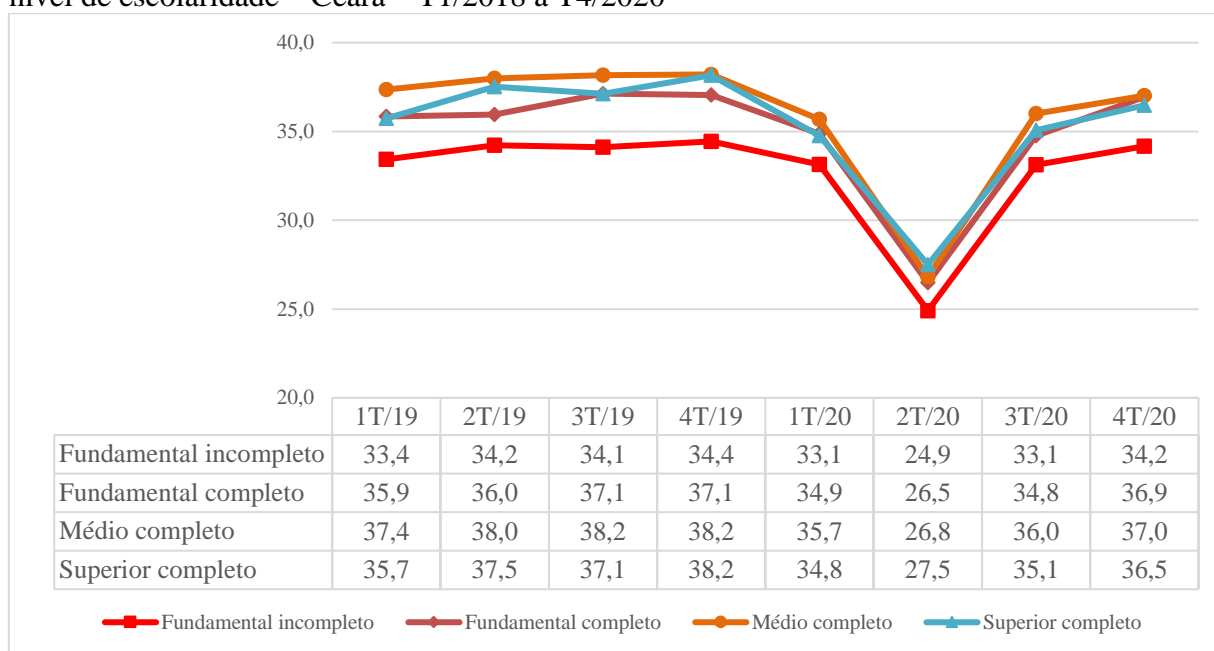
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

O Gráfico 3 demonstra um comportamento semelhante entre os quatro grupos analisados caracterizados por níveis educacionais. Destaca-se no segundo trimestre de 2020 um aumento significativo no percentual de pessoas que estavam temporariamente afastadas de algum trabalho remunerado na semana de referência, particularmente trabalhadores com ensino fundamental e médio completo. Tal resultado chama atenção não somente quando se comparado com primeiro trimestre de 2020, bem como quando se considera o primeiro trimestre de 2019, onde se observa resultados mais favoráveis que o primeiro trimestre de 2020.

Sobre os impactos terem sido mais fortes entre os trabalhadores de menor escolaridade, o economista Fernando Veloso, em entrevista a Alvarenga (2021), explica que isso pode se dar pelos trabalhadores de menor escolaridade serem menos produtivos, o que acarreta que sejam os primeiros a serem demitidos. Além disso, afirma que os trabalhadores de maior escolaridade no mercado de trabalho são mais escassos, fazendo-se necessário preservá-los, dada a dificuldade de repor o funcionário que tenha qualificações semelhantes em uma retomada da economia.



Gráfico 4: Média de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência em todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Quanto à média de horas efetivamente trabalhadas por semana pelos trabalhadores cearenses foi possível verificar uma queda acentuada no segundo trimestre de 2020 nos quatro grupos analisados, identificando um comportamento semelhante em relação a essa variável, conforme é possível verificar no Gráfico 4. Ao observar o Gráfico 4, é possível afirmar que o comportamento de redução de horas efetivamente trabalhadas por semana pelos trabalhadores coincide com o início da expansão das medidas contra a pandemia COVID-19 (1T/20 e 2T/20), quando se buscou medidas mais restritivas para contenção do vírus, com o fechamento temporário das empresas e adoção de outras estratégias como o trabalho remoto e/ou em escalas. A partir do terceiro trimestre de 2020 é possível verificar uma normalização dessa variável. É válido lembrar que essa redução da jornada de trabalho faz parte das medidas políticas econômicas para reduzir os impactos da pandemia nessa área, provavelmente, sem as adaptações para o trabalho remoto e de redução nas horas de trabalho, as taxas de desemprego seriam ainda mais altas.

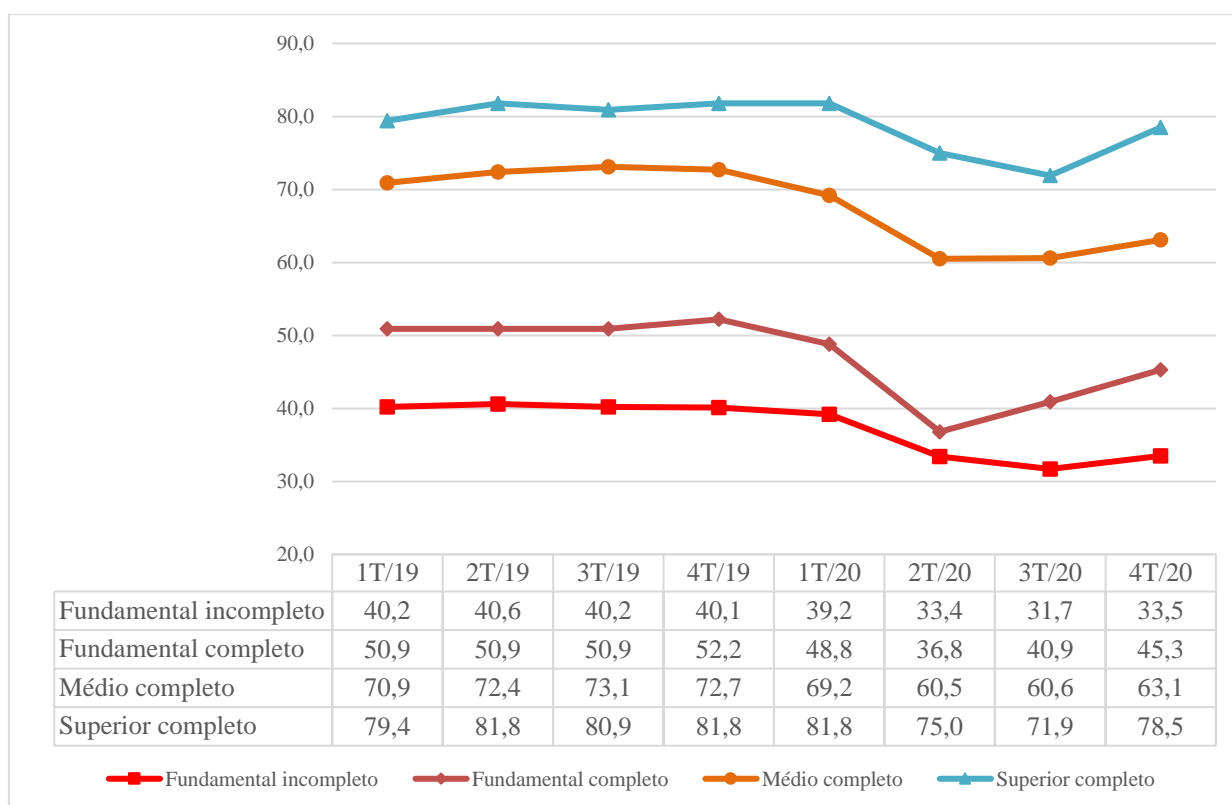
O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Todavia, o mercado de trabalho não é focado somente nesse indicador, utiliza-se também a subutilização da força de trabalho que é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho. Além disso, analisa-se a medida de desocupação, que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em

ocupação.

Os desocupados então; são aqueles que na semana de referência estão sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

Em relação à taxa de participação na força de trabalho, foi possível verificar comportamentos semelhantes entre os grupos analisados nos primeiros trimestres de 2020, identificando-se uma recuperação mais rápida entre os grupos de maior escolaridade (ensino médio e ensino superior). Os resultados estão apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5: Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Os resultados demonstram que o grupo com ensino superior no quarto trimestre de 2020 apresentou percentual semelhante ao quarto trimestre de 2019, 78,5% e 81,8%, respectivamente. Contudo, é preciso considerar que no ano de 2019, o primeiro trimestre iniciou

com uma taxa de 79,4% e terminou com 81,8%, ou seja, apresentou um crescimento na taxa de ocupação durante o ano. Já o ano de 2020, iniciou com uma taxa de 81,8% e terminou com 78,5%, o que demonstra esse público apresentou uma queda na taxa de participação na força de trabalho, apesar de no decorrer do ano, já ter apresentado indícios de recuperação.

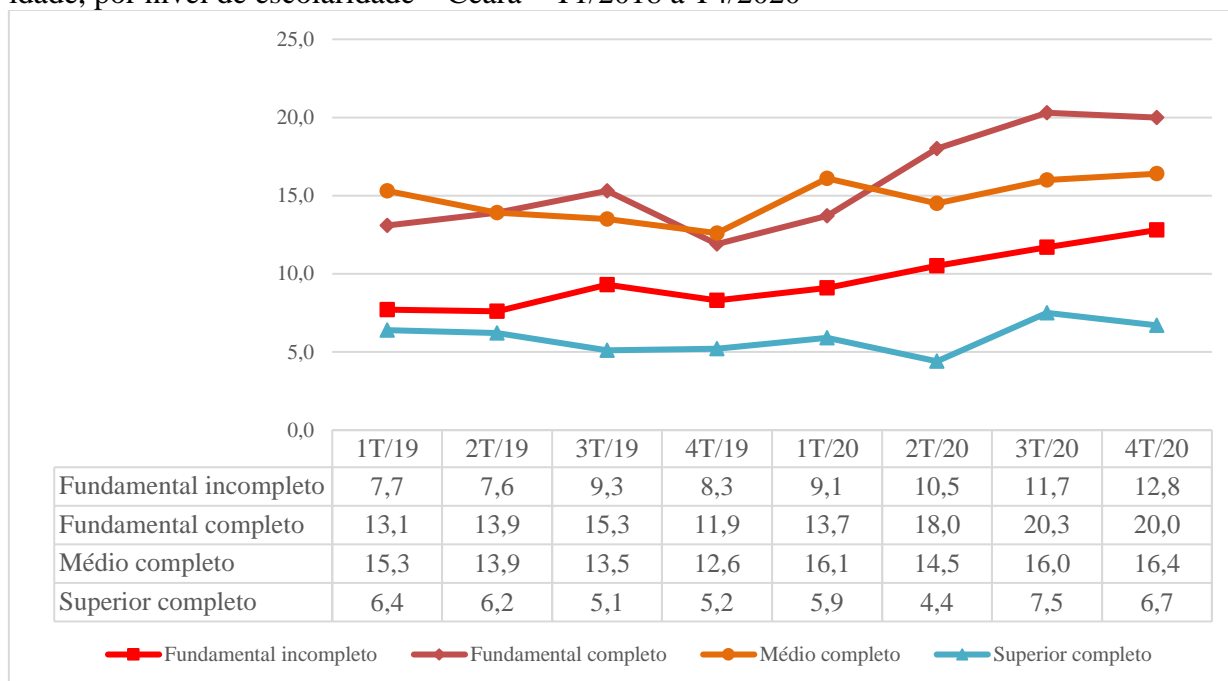
Ainda em análise ao Gráfico 5, verifica-se que o grupo com ensino fundamental completo apresentou uma queda mais acentuada na taxa de participação na força de trabalho no segundo trimestre de 2020, quando ficou em 36,8%, voltando a subir no trimestre seguinte, comportamento que coincide com o resultado apresentado em relação à taxa de desocupação, que apresentou crescimento mais acentuado a partir do mesmo trimestre, considerando que reduções nessa taxa significam que mais pessoas em idade ativa, deixaram de participar da força de trabalho. No mais, é possível verificar a redução na taxa de participação na força de trabalho, constatando uma maior redução no nível de ocupação do aumento da taxa de desocupação.

Essa queda na taxa de participação do mercado de trabalho também precisa ser considerada com as mudanças sociais que já vêm sendo percebidas ao longo dos anos em nível de Brasil, visto que contabiliza as pessoas a partir de 14 anos, verificando-se uma mudança de composição da população ocupada. As mudanças demonstram uma tendência de entrada mais tardia no mercado de trabalho, com os jovens optando por passar mais tempo estudando, sendo estes geralmente pertencentes a famílias com maior renda mensal. Enquanto aqueles pertencentes a famílias mais pobres, essa entrada tardia no mercado de trabalho pode ser vista principalmente entre mulheres, dadas as características ainda predominantes de cuidados domésticos. É preciso considerar também aqueles que completaram 14 anos durante a pandemia, visto que o período de isolamento social os impediu de iniciar a busca por emprego. Dessa forma, quando se considera as mudanças na composição da população ocupada, com a oferta de emprego também exigindo trabalhadores de maior escolaridade, tem-se um impacto maior entre os trabalhadores de menor escolaridade na taxa de participação, assim como também foi verificado na taxa de desocupação.

Não obstante, é importante salientar que mudanças nos níveis de desemprego podem ser originadas via mudanças comportamentais pelo lado da oferta. A redução da participação no mercado de trabalho sobre o desemprego está atrelada, em certa medida, a desistências ou adiamento das pessoas na procura por trabalho. Algumas razões que podem ser listadas para tal seria o receio de contágio da doença; ou devido ao setor em que trabalhava ter se tornado inviável, saindo inclusive do status de desocupados. Conseqüentemente, quanto menor for o número de pessoas que se ocupam ou procuram se ocupar, menor será a pressão sobre o mercado de trabalho, reduzindo a taxa de desemprego mesmo em um cenário

desfavorável.

Gráfico 6: Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020



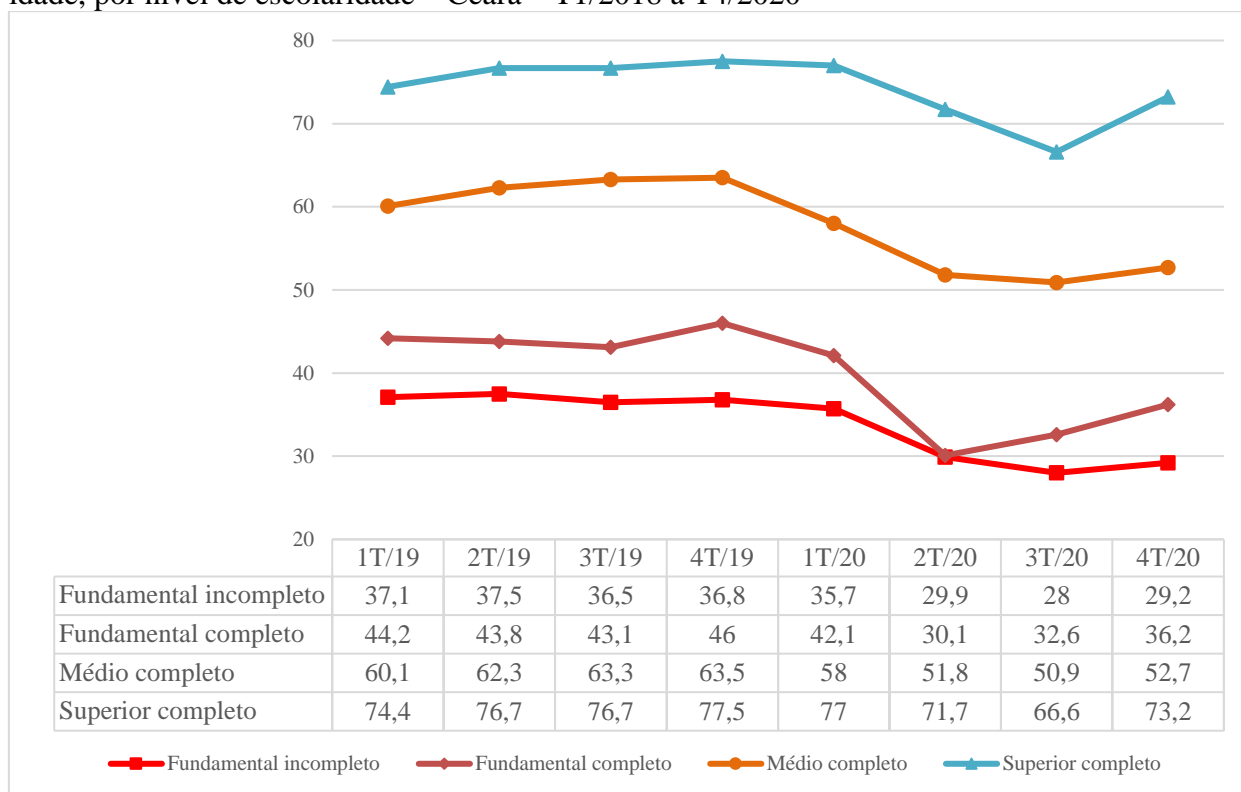
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Ao analisar a taxa de desocupação é possível verificar que o comportamento do grupo com ensino fundamental completo se apresentou diferente dos demais grupos, com uma curva de crescimento mais acentuada a partir do quarto trimestre de 2019, conforme demonstra o Gráfico 6 acima. A taxa de desocupação se apresentou superior entre os trabalhadores de menor escolaridade, apresentando maior impacto no grupo com ensino fundamental completo. A referida taxa somente apresentou queda moderada em 2020 no grupo do ensino superior completo, o que evidencia uma possível recuperação mais rápida desse público em relação ao desemprego. Justifica-se essa menor taxa de desocupação entre as pessoas com maior escolaridade, provavelmente, por ocuparem cargos de mais fácil adaptação ao trabalho remoto, este bastante exigido durante o período de isolamento social.

A partir do gráfico 7, verifica-se a queda no nível de ocupação em todos os grupos, contudo, considerando cada semestre é possível identificar diferenças de comportamento entre os grupos. O grupo com ensino superior completo apresentou queda mais acentuada no terceiro semestre de 2020, voltando a apresentar recuperação no quarto trimestre. Já nos grupos com ensino médio e fundamental incompleto, é possível verificar uma queda mais contínua, com

leve recuperação no quarto trimestre. O grupo com ensino fundamental completo, por sua vez, apresentou maior queda no segundo trimestre, com recuperação a partir do terceiro trimestre.

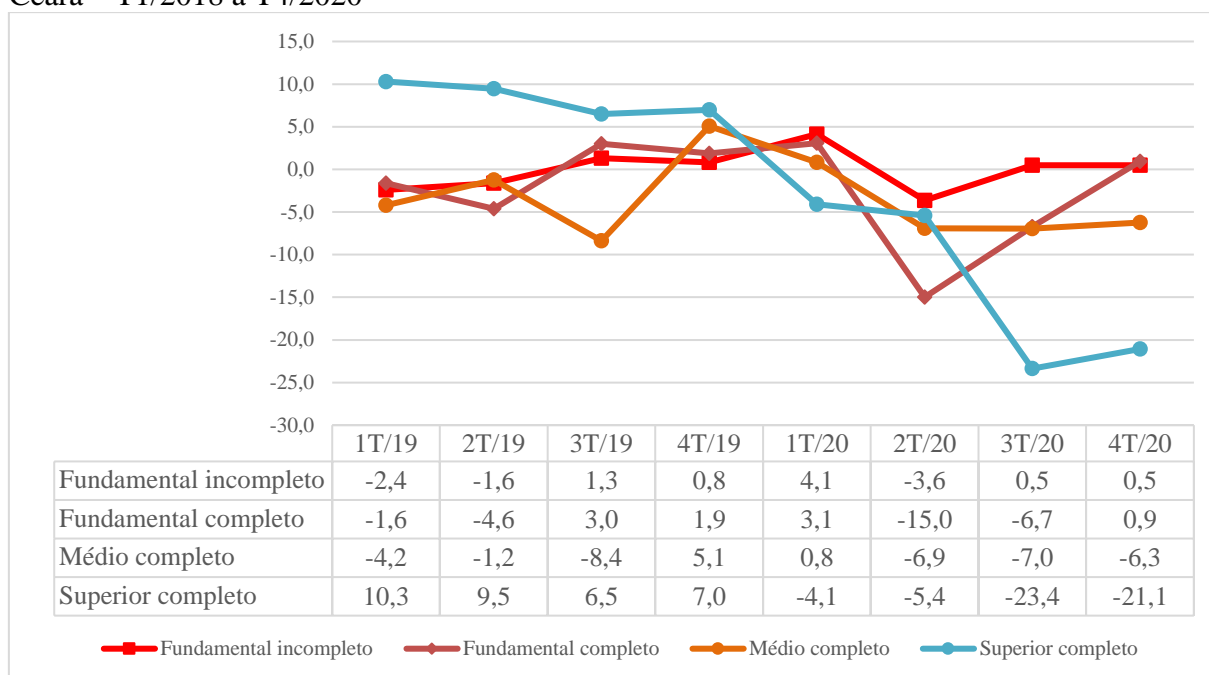
Gráfico 7: Nível de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

As medidas governamentais apesar de ter conseguido preservar uma parte dos empregos, afetou diretamente a participação dos trabalhadores no mercado de trabalho em especial aqueles de menores níveis educacionais e aqueles ligados ao setor informal, fazendo com que o percentual de desemprego tenha aumentado durante a pandemia de COVID-19. Ademais, ao se considerar a taxa de crescimento interanual do rendimento médio real de todos os trabalhos é possível melhor visualizar o impacto da pandemia no mercado de trabalho cearense, como se ilustra no Gráfico 8.

Gráfico 8: Taxa de crescimento interanual do rendimento médio real de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por nível de escolaridade – Ceará – T1/2018 a T4/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

A partir do Gráfico 8, observa-se que o grupo com ensino fundamental incompleto recebeu menor impacto, todavia, é preciso chamar atenção para uma evolução negativa deste público já no primeiro trimestre de 2019 – redução de 2,4% no rendimento interanual médio -. Quando se considera esse período de pandemia, o grupo de ensino fundamental incompleto iniciou o ano de 2020 com uma taxa de variação de 4,1%, caindo para -3,6% no segundo trimestre, seguido por uma modesta melhora no trimestre seguinte quando já apresentou taxa de variação de 0,5. Por sua vez, o grupo com ensino fundamental completo apresentou queda mais significativa no segundo trimestre de 2020 (-15,0), reduzindo essa queda no terceiro trimestre (-6,7) e já apresentando resultado positivo no quarto trimestre (0,9).

A pandemia no Brasil fez a desigualdade se tornar ainda mais evidente, isso porque ficou claro que nem todo mundo tem condições de seguir as mesmas medidas de prevenção e que nem todos têm o privilégio do trabalho remoto devido ao grau de escolaridade para desempenhar tais funções. Observa-se também a elevação do desemprego, aumento da informalidade e queda na renda média, sendo essa queda muito mais expressiva na parcela mais pobre da população. A desigualdade de renda começou a cair em meados de 2019, mas a nova crise causada pela pandemia trouxe consigo um novo impulso para a desigualdade no Brasil. O número de pessoas empregadas no setor privado formal, por exemplo, atingiu o menor nível da

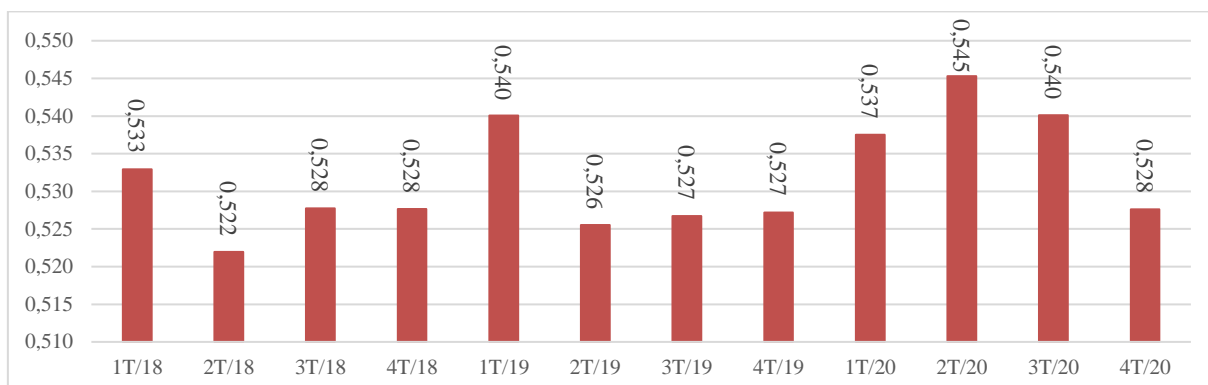
série histórica do IBGE iniciada em 2012, recuando 4,5% na comparação com o trimestre encerrado em janeiro de 2020. Os números do IBGE vão na mesma direção dos dados divulgados pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), ligado ao Ministério da Economia. O cadastro mostrou que houve queda substancial no número de vagas formais de emprego no mês de abril de 2020, na soma de março e abril do mesmo ano, meses que contemplam a pandemia do COVID19, 1,1 milhão de postos formais deixaram de existir.

O grupo com ensino superior completo experimentou maior queda em seu rendimento mensal, chegando a -23,4 no terceiro trimestre de 2020, começando a verificar uma leve recuperação no quarto trimestre, com a queda reduzindo para -21,1. Resultado semelhante, porém, em menor proporção, pode ser verificado no grupo com ensino médio completo, o que evidenciou que quanto maior a escolaridade do grupo maior o impacto sentido no rendimento médio real dos trabalhadores. Esse fato pode ser justificado pelas políticas de adaptação adotadas pelas empresas para evitar perda da força de trabalho, explica-se que, com o impacto também sentido pelas empresas, a estratégia foi reduzir carga horária de trabalho como também os salários vigentes, evitando as demissões.

Dessa forma, observa-se, que essa maior queda na renda pode ter sido compensada pelo menor aumento do desemprego. Os trabalhadores de maior escolaridade, maioria entre os trabalhadores formais, mantiveram seus empregos, mas com redução de jornadas e salários por causa do programa do governo federal. Já os trabalhadores menos escolarizados, maioria entre os informais, sofreram mais com o desemprego. Percebe-se, portanto, que medidas governamentais, tais como o auxílio emergencial foram importantes para diminuir parte da desigualdade total existente, contudo, não é de certo afirmar que foram suficientes para combater a redução da renda média do trabalho. A razão para tanto seriam possíveis distorções existentes em uma das medidas governamentais, que tentaram preservar empregos, diminuindo a carga horária e os proventos mensais.

Quando se considera o índice de Gini do rendimento médio de todos os trabalhos no Estado, o impacto no mercado de trabalho ficou perceptível no segundo trimestre de 2020, quando atingiu o ponto mais alto desde o primeiro trimestre de 2018, evidenciando a desigualdade de renda no trabalho trazida pela pandemia, conforme se demonstra no Gráfico 9.

Gráfico 9: Índice de Gini do rendimento médio real de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho – Ceará – 1T/2018 a 4T/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Diante dos resultados verificados é possível dizer que o mercado de trabalho cearense sentiu os efeitos da pandemia. Baseado nos resultados reportados nesta seção, há evidências que quanto maior a escolaridade do grupo de trabalhadores, maior o impacto sentido no rendimento médio real, provavelmente em decorrência dos programas de redução de jornada de trabalho e salários.

Quando se considera as horas trabalhadas, os grupos apresentaram comportamento semelhante, com os grupos de maiores níveis educacionais apresentando uma recuperação mais acentuada. Em contrapartida, no que diz respeito às taxas de ocupação e desocupação, os trabalhadores com menor escolaridade foram os mais afetados, sofrendo mais com o desemprego, além de serem maioria entre os informais e nos setores mais atingidos na pandemia.



#### 4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Nesta seção se apresenta a metodologia utilizada para desenvolvimento deste estudo, que visa mostrar quais os determinantes do mercado de trabalho mais impactaram o aumento da desigualdade de renda entre diferentes subgrupos populacionais no Ceará. Para tanto, foi realizada uma metodologia de decomposição da renda a fim de prover a análise proposta.

Os documentos foram levantados na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando as publicações da Pesquisa Nacional de Amstras por Domicílio (PNAD), mais especificamente a PNAD Contínua Trimestral. Para fins de análise serão consideradas publicações trimestrais da PNAD de 2019.2 a 2020.2, a escolha desses trimestres é feita a fim de possibilitar uma análise comparativa do cenário anterior à pandemia frente ao trimestre em que a pandemia já estava estabelecida no cenário local, bem como, tentar mitigar os efeitos sazonais do mercado de trabalho.

Os documentos levantados foram considerados para análise documental, tendo como base a metodologia utilizada por Neri (2011), Neri (2019) e Neri (2020a). A partir disso, para que fosse possível identificar os grupos sociais mais afetados pela COVID-19. Assim como Neri (2019), foi considerada a renda efetiva e horas efetivas, pelo fato dessas variáveis terem maior capacidade de captarem as mudanças ao longo do tempo, como as geradas pela pandemia.

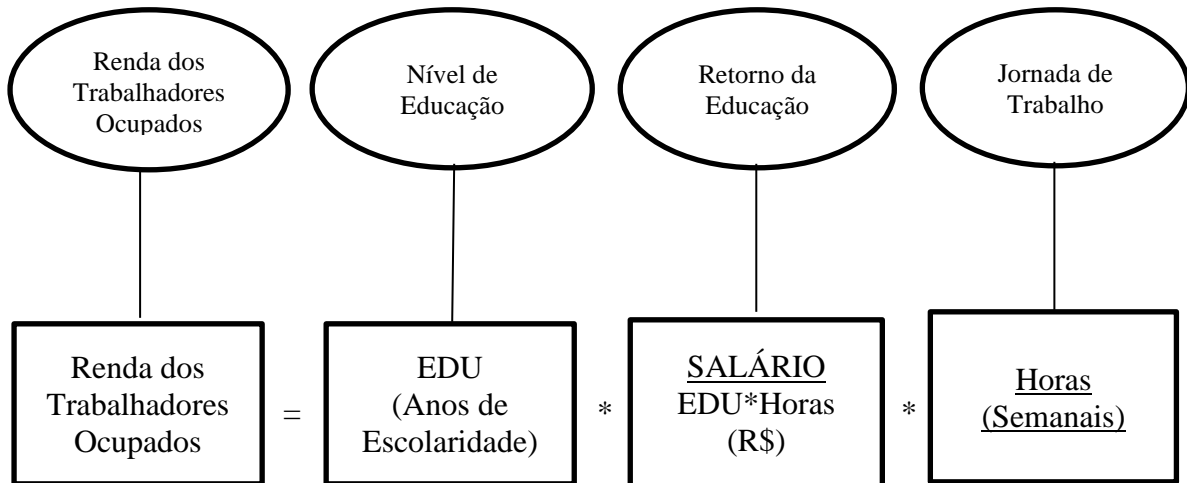
Ainda com base em Neri (2019), foi considerada para esta pesquisa a incorporação dos resultados relacionados às pessoas com 14 anos ou mais de idade; status de ocupação; e com empregos formais ou informais, tendo em vistas a obtenção de resultados mais abrangentes sobre os impactos do desemprego e da demografia da população analisada.

Os dados foram analisados a partir de uma decomposição trabalhista usando a métrica comum de renda. Neri (2020a) explica essa forma de análise, afirmando ser uma metodologia *Lego* (blocos de montar), em que “cada pedaço do desempenho trabalhista tem a sua contribuição para o nível e mudança total de renda auferida no começo da pandemia” (NERI, 2020a, p. 2). A metodologia *Lego* realiza um mapeamento dos impactos da evolução de cada um dos principais ingredientes trabalhistas em termos do total de renda auferida individualmente por cada pessoa.

A interpretação de variações no mercado de trabalho é bastante complexa, pois há mudanças nas diferentes variáveis em direções temporais e magnitudes diversas. A análise por meio da decomposição trabalhista usando a renda, mostra-se um bom indicador para revelar o desempenho de cada nível escolar para a mudança total no mercado de trabalho. O motivo do

uso de tal decomposição é explicar as variações no mercado de trabalho por ingredientes trabalhistas. Em particular, a dispersão dos salários pode ser maior entre o grupo de indivíduos de maior escolaridade (Castello Branco (1979), Weizsacker (1993) Firpo et. al (2003)).

Figura 1. Esquema de decomposição do salário dos que estão ocupados



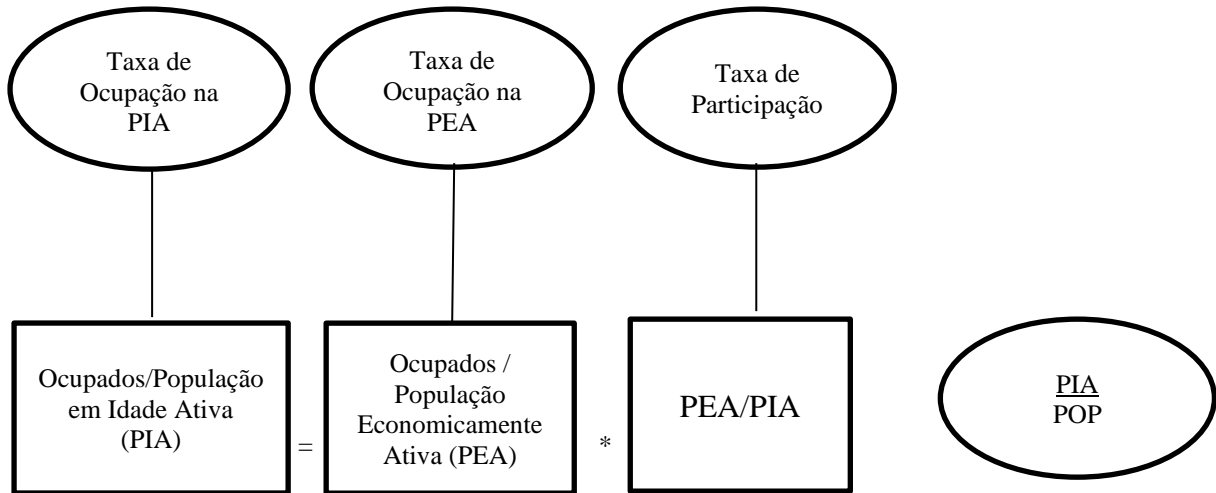
**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Neri (2011).

Para que fosse possível decompor o salário dos que estão ocupados, foi considerado o esquema apresentado na Figura 1<sup>4</sup>. Ainda considerando a decomposição do salário dos que estão ocupados, também foi considerado um esquema para decomposição da ocupação na População em Idade Ativa (PIA), conforme se ilustra na Figura 2<sup>5</sup>.

<sup>4</sup>**Nota: (SALÁRIO / JORNADA \* EDUCAÇÃO):** Razão entre o salário hora (remuneração média por cada hora trabalhada) e a educação média (anos completos de estudos). Mede o prêmio da educação no mercado de trabalho. Quanto maior o indicador, maior é a capacidade do indivíduo de transformar em renda cada unidade do investimento educacional realizado em cada hora trabalhada. Numa economia estagnada com muita oferta de educação tende a ser baixo. Este componente seria num mercado de trabalho competitivo equivalente a produtividade do trabalho. **(NÍVEL DE EDUCAÇÃO):** Média de anos completos de estudos. Dá a magnitude do investimento realizado em capital humano. **(JORNADA):** Média de horas trabalhadas nos dá a extensão do esforço empreendido.

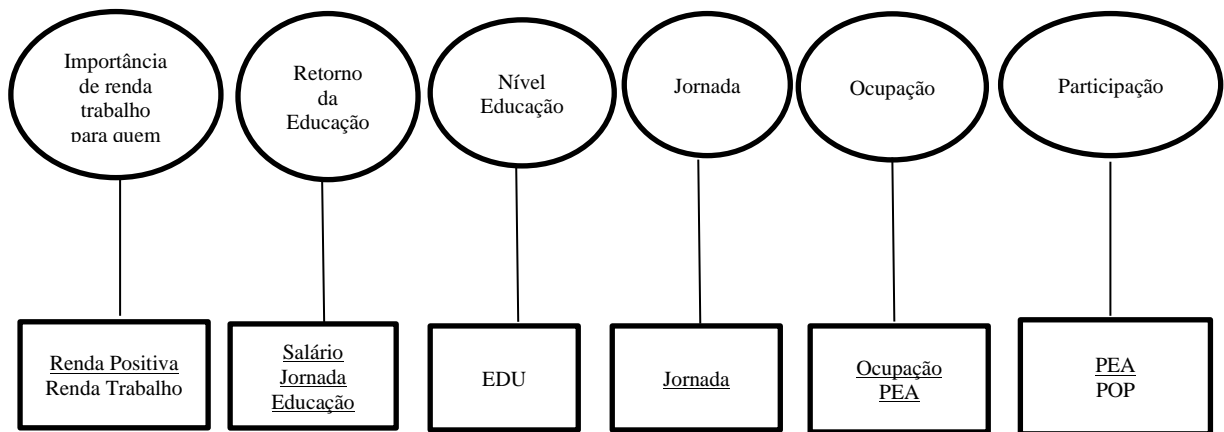
<sup>5</sup> **(NÚMERO DE OCUPADOS / POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)):** Taxa de ocupação na população economicamente ativa. Mede a taxa de sucesso, ou seja, probabilidade de conseguir um emprego entre as pessoas que estão economicamente ativas (ocupadas ou desempregadas), ou seja, participando ativamente do mercado de trabalho. Este conceito corresponde ao complemento da definição clássica de desemprego. Por exemplo, se a estatística de ocupação for 75% então a taxa de desemprego será 25%, e assim por diante. **(POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) / POPULAÇÃO TOTAL NA FAIXA ETÁRIA):** Taxa de participação no mercado de trabalho. Mede o nível de participação da população, incluindo aqueles indivíduos que estão exercendo algum tipo de trabalho (ocupados) e aqueles que não exercem, mas estão à procura de emprego (desempregados).

Figura 2. Esquema de decomposição da taxa de ocupação na PIA



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Neri (2011).

Figura 3. Esquema de decomposição trabalhista (reunião de todas as variáveis)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Neri (2011).

Por fim, apresenta-se na Figura 3, o que esquema todas as variáveis utilizadas para a etapa de decomposição trabalhista. Diante do exposto, espera-se a partir da metodologia apresentada, identificar os impactos da pandemia nos diferentes grupos de trabalhadores. As variáveis consideradas neste estudo foram: taxa de desemprego (%), taxa de participação no mercado de trabalho (%), salário-hora (R\$ mensais); jornada de trabalho (horas mensais) e escolaridade (anos completos de estudo entre os ocupados), além de renda positiva, renda do trabalho, taxa de ocupação, PEA e POP.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A interpretação de variações no mercado de trabalho é bastante complexa, pois há mudanças nas diferentes variáveis em direções temporais e magnitudes diversas. Como já descrito nas seções anteriores, a fim de identificar os grupos sociais mais afetados pela COVID-19 no mercado de trabalho cearense segundo os níveis de escolaridade, utiliza-se a metodologia da decomposição trabalhista usando a métrica da renda e informações da PNAD Contínua Trimestral para os anos de 2019 e 2020. A metodologia permite, nesse sentido, de forma direta, mensurar como os efeitos da pandemia do COVID-19 interagem em diferentes grupos trabalhistas do mercado de trabalho cearense, segundo o nível de escolaridade; ou seja, considerando os grupos de níveis, sem instrução ou fundamental incompleto; fundamental completo; médio completo; e superior completo.

Os resultados encontrados estão de acordo com os resultados descritos na revisão de literatura, variando de magnitude para cada aspecto pesquisado. Em especial, assemelhasse com Barbosa, Costa e Hecksher (2020), que mostram o aumento de desemprego nos níveis educacionais, bem como Neri (2020a) termos da redução de rendimentos dos trabalhadores, taxa de ocupação em diferentes níveis de escolaridade que mostra a redução de rendimento dos trabalhadores em diferentes níveis educacionais, entretanto com uma magnitude média maior se comparado ao nível de escolaridade encontrado por Neri (20,1%) frente aos (24,73%) encontrados no trabalho.

A Tabela 1 sintetiza os resultados obtidos em termos dos níveis de escolaridade para cada um dos ingredientes clássicos do mercado de trabalho com base na PNAD para o segundo trimestre de 2019 e 2020, expressos em suas respectivas unidades; quais sejam, taxa de desemprego (%), taxa de participação no mercado de trabalho (%), salário-hora (R\$ mensais); jornada de trabalho (horas mensais) e escolaridade (anos completos de estudo entre os ocupados), além de renda positiva, renda do trabalho, taxa de ocupação, PEA e POP; bem como a respectiva taxa de variação acumulada entre elas, que é parte importante da análise do estudo.

Considerando o indicador de renda média mensal de todos os trabalhadores cearense, ocupados ou não, observa-se que este foi afetado pela crise do Covid-19 em todos os grupos de escolaridade, com maiores repercussões sobre o grupo com nível fundamental completo, cuja redução do indicador foi na ordem de 41,59% entre os segundos trimestres de 2019 e 2020; seguidos das reduções do grupo com nível fundamental incompleto (-23,10%); médio completo (-22,62%) e superior completo (-11,62%). Nota-se pela Tabela 1 que, a

redução na renda média ganhou impulso devido à redução na jornada de trabalho dos cearenses, onde as horas semanais efetivas realizadas caem em todos os grupos de níveis escolares; ou seja, observou-se que os trabalhadores com maior escolaridade, maioria entre os trabalhadores formais, sofreram menos com a perda de seus empregos, mas com redução de jornadas e salários por causa do programa do Governo Federal.

**Tabela 1:** Decomposição da Renda do Trabalho por Ingredientes Trabalhistas, segundo nível de escolaridade – Ceará – 2020.2/2019.2

Nível de escolaridade	Ano	Renda de Todos os Trabalhos	Salário-hora por Anos de Estudo	Anos de Estudo	Horas Trabalhadas	Taxa de Ocupação na PEA	Taxa de Participação no Mercado de Trabalho
Sem instrução ou fundamental incompleto	2020.2	213,73	7,68	3,75	24,89	0,895	0,333
	2019.2	277,95	5,91	3,67	34,22	0,924	0,405
	<b>Taxa de Variação Acumulada (%)</b>	<b>-23,10</b>	<b>29,91</b>	<b>2,18</b>	<b>-27,26</b>	<b>-3,14</b>	<b>-17,78</b>
Fundamental completo	2020.2	241,65	3,14	9,69	26,44	0,819	0,367
	2019.2	413,73	2,70	9,73	35,95	0,861	0,508
	<b>Taxa de Variação Acumulada (%)</b>	<b>-41,59</b>	<b>16,04</b>	<b>-0,41</b>	<b>-26,45</b>	<b>-4,88</b>	<b>-27,76</b>
Médio completo	2020.2	680,57	3,99	12,32	26,76	0,855	0,605
	2019.2	879,55	3,02	12,33	37,98	0,861	0,723
	<b>Taxa de Variação Acumulada (%)</b>	<b>-22,62</b>	<b>32,27</b>	<b>-0,08</b>	<b>-29,54</b>	<b>-0,70</b>	<b>-16,32</b>
Superior completo	2020.2	3.319,03	10,60	15,88	27,50	0,956	0,750
	2019.2	3.755,53	8,21	15,88	37,52	0,938	0,818
	<b>Taxa de Variação Acumulada (%)</b>	<b>-11,62</b>	<b>29,03</b>	<b>0,00</b>	<b>-26,71</b>	<b>1,92</b>	<b>-8,31</b>

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Além disso, a maior dificuldade de reposição por ocasião de uma retomada, de trabalhadores com ensino superior completo, em função de treinamentos e conhecimentos específicos adquiridos na execução de suas funções, bem como uma maior maleabilidade para execução destas em regime de trabalho remoto, pode ajudar a explicar maior retenção desses trabalhadores.

Dentro dessa linha, considerando o indicador da jornada de trabalho, medido pela média de horas trabalhadas, verificou-se impactos redutivos sobre todos os níveis de escolaridade; quais sejam, ensino médio completo (-29,54%); fundamental incompleto (-27,26%); superior completo (-26,71%) e fundamental completo (-26,45%). Observa-se que, no segundo trimestre de 2020, independentemente do nível de escolaridade, as diferenças de jornada de trabalho são grandes, com diferença média de 27,49%, se comparada a 2019. Em circunstâncias normais, os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada podem reduzir sua jornada de trabalho para reduzir os custos de trabalho, enquanto os autônomos podem reduzir sua jornada de trabalho se acreditarem que a demanda não é suficiente para reduzir os custos. Além disso, o governo também emitiu medidas para flexibilizar as relações formais e reduzir a jornada de trabalho, como o “Plano Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda”.

Diferentemente do exposto na seção 3, em que os resultados mostram que os mais afetados, em média foram os mais escolarizados. Os resultados da decomposição do trabalho mostram que os trabalhadores menos escolarizados foram os que tiveram maiores perdas na renda, frente a pandemia de COVID-19 na comparação do segundo trimestre de 2019 e 2020, uma vez que esses trabalhadores são tem alta rotatividade no mercado de trabalho, dado a fácil reposição de trabalhadores com mesmo grau de instrução, além de estarem mais alocados em áreas que foram drasticamente afetados pela circulação de pessoas, ou não estão inseridos na área formal de trabalho que teve um maior auxílio governamental via incentivos ao trabalhador e a empresa.

Quando considerado os efeitos da pandemia sobre o retorno da educação cearense, medido como salário-hora por anos de estudo entre 2019 e 2020, destaca-se o incremento do rendimento-hora do trabalhador cearenses de nível fundamental incompleto por conta de um ganho do salário-hora por anos de estudo (29,91%) como reflexo do avanço dos anos de estudo (2,18%); enquanto que para o grupo do fundamental completo se observa um retorno inferior (16,04%) e uma redução nos anos de estudo (-0,41%) de 2019 a 2020, o que fortalece o fato de que um ano de estudo completo pode significar melhores salários. A partir dos resultados da Tabela 1, tem-se ainda que, os grupos com maior nível de escolaridade, aos quais, normalmente, são requisitados maiores conhecimentos técnico ou teórico, tiveram ganhos de salário-hora por anos de estudos; ensino médio completo (32,27%) e superior completo (29,03%), mesmo com a redução nos anos de estudo dentro do período analisado; médio completo (-0,08%).

Vale ressaltar ainda que nestes grupos com maior nível de escolaridade, a pandemia trouxe um novo panorama: o do trabalho remoto ou *home office* e, em áreas ligadas a finanças,

setores administrativos, tecnológicos, da saúde, entre outras, onde são exigidos maiores níveis de especialização, os impactos sobre as reduções nos rendimentos foram menores.

Por fim, quando considerado os efeitos da pandemia sobre a taxa de participação no mercado de trabalho cearense, tem-se que a redução mais expressiva se deu sobre o grupo fundamental completo (27,76%), que passa de 50,8% entre o segundo trimestre de 2019 para 36,7% no segundo trimestre de 2020. Este efeito retração na oferta de trabalho combinado com a queda de 4,88% na taxa de ocupação na população economicamente ativa (PEA), de 86,1% para 81,9%, levou a uma redução na taxa de ocupação na população em idade ativa desse grupo. O menor efeito sentido, se deu nos grupos de nível superior completo e nível médio completo, onde a taxa de ocupação do mercado reduziu-se em 8,31% e 16,32% e a taxa de ocupação economicamente ativa reduziu-se em apenas 1,92%; e 0,70% para esses dois grupos, respectivamente.

Em suma, os resultados obtidos evidenciaram que o mercado de trabalho cearense sentiu os efeitos da pandemia, sobretudo, quando considerados os grupos de indivíduos do mercado de trabalho com baixo nível escolaridade, entre os segundos trimestres de 2019 e 2020. Nestes dois anos de crise, a maior queda observada se deu no indicador de renda média mensal do cearense com nível de escolaridade fundamental completo, com redução na renda média na ordem de 41,59%, resultado esse que parece ter sido impulsionado pela redução nas horas trabalhadas; indicador este, que apresentou a segunda maior redução observada em todos os grupos de escolaridade, com maior repercussão para os de nível médio completo (-29,54); o rendimento-hora teve um menor incremento na pandemia para o nível fundamental completo (16,04%) que também apresentou a maior redução de anos de estudo entre os dois anos (-0,41%).

## 6 CONCLUSÃO

A crise de saúde provocada pela pandemia do Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus exacerbou as fragilidades do nosso sistema social, sobretudo em um país de dimensão continental e de economia heterogênea como o Brasil. Os impactos na economia e no mercado de trabalho em decorrência da pandemia COVID-19 são significativos globalmente, com os efeitos podendo ser verificado na economia brasileira.

O estado do Ceará, por sua vez, foi um dos estados brasileiros mais atingidos pela COVID-19, sendo um dos primeiros Estados a adotar medidas restritivas que pudessem mitigar o contágio pelo vírus, com medidas de *lockdown* constantes sendo aplicadas. Para se ter uma dimensão, segundo dados da PNAD-Continua, do segundo trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2020 quase 560 mil pessoas deixaram a força de trabalho cearense.

Nesse sentido, o presente estudo se pautou na investigação dos impactos da pandemia do COVID-19 no mercado de trabalho cearense. Mais especificamente, procurou-se identificar os efeitos da pandemia sobre trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade, ou seja, sem instrução ou fundamental incompleto; fundamental completo; médio completo e superior completo. Para cumprir tal objetivo, utilizou-se a metodologia de decomposição trabalhista através da métrica comum da renda e informações trimestrais da PNAD Contínua para o segundo trimestre de 2019 e 2020.

A ferramenta mostrou-se importante para alinhar as discussões sobre o desempenho de cada nível escolar para a mudança no mercado de trabalho cearense, em meio ao cenário de pandemia do COVID-19. Nesse sentido, a contribuição potencial do presente estudo reside na realização de resultados e no emprego de uma metodologia que melhor possam descrever os impactos sentidos do Covid-19 no mercado de trabalho cearense, direcionando, nesse sentido, da melhor forma políticas públicas mais adequadas para mitigá-los.

O mercado de trabalho cearense, no segundo trimestre de 2020, refletiu sinais claros por conta da pandemia do novo coronavírus. A perda de vagas no Ceará ocorreu no auge da crise, entre os meses de março e junho de 2020. A taxa de participação é diretamente proporcional a força de trabalho, em um ambiente de isolamento social, os desocupados acabam desistindo de procurar trabalho. O incremento do auxílio emergencial na renda das famílias cearense pode ter incentivado a redução da taxa de participação com relação a taxa de participação do Brasil a partir das diferenças de custo de vida.

No entanto, logo após o relaxamento das medidas de isolamento social, o mercado de trabalho do Ceará reagiu e apresentou uma boa recuperação, fechando saldo positivo na



criação nos empregos formais. Apesar de contraintuitivo, esse resultado também encontrado por Lee (2021) para o mercado americano e inglês.

A partir da metodologia os resultados obtidos evidenciaram que o mercado de trabalho cearense sentiu os efeitos da pandemia, sobretudo, considerando os grupos de indivíduos do mercado de trabalho com baixo nível escolaridade, entre de 2019.2 e 2020.2. Nestes dois anos de crise, a maior queda observada se deu no indicador de renda média mensal do cearense com nível de escolaridade fundamental completo, com redução na ordem de 41,59%. Um dos possíveis fatores identificados para este resultado foram a redução da jornada de trabalho e a queda da participação da população no mercado de trabalho cearense observada para esse grupo; Já o indicador de jornada de trabalho, apresentou a segunda maior redução observada em todos os grupos de escolaridade, com maior repercussão para os de nível médio completo (-29,54); o rendimento-hora teve um menor incremento na pandemia para o nível fundamental completo (16,04%) que também apresentou a maior redução de anos de estudo entre os dois anos (-0,41%).

Neste aspecto, a análise parece apontar para o importante papel desempenhado pelas variáveis educacionais em atenuar os maiores efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho. Como destaca Ramos (2007), para que haja mudanças no mercado de trabalho, é imprescindível investimentos no sistema educacional, dada a importância da escolaridade como redutor da desigualdade de renda, observando que a melhora na distribuição de renda ocorre por mudanças na oferta e na demanda de qualificação no mercado de trabalho. Reforçando essa argumentação, Neri (2007) enfatiza que é necessário grande investimento na educação para reduzir a desigualdade e aumentar o crescimento econômico, reduzindo consequentemente, a pobreza.

Por fim, destaca-se ainda que o presente estudo pode ser ampliado incorporando a análise de outros grupos de trabalhadores, visto que o mercado de trabalho brasileiro ainda mantém fortes marcas discriminatórias, o que torna provável que os efeitos da pandemia acabem afetando mais fortemente determinados grupos de trabalhadores do que outros, que, historicamente, têm suas trajetórias laborais marcadas, como as mulheres, por exemplo; e ainda, estender essa metodologia de forma a abordar os efeitos da crise sobre o aumento da desigualdade de renda para esses diversos grupos.

## REFERÊNCIAS

ADAMS-PRASSL, Abi et al. Inequality in the impact of the coronavirus shock: Evidence from real time surveys. **Journal of Public Economics**, v. 189, p. 104245, 2020.

ALON, Titan M. et al. **The impact of COVID-19 on gender equality**. National Bureau of economic research, 2020.

ALSTADSÆTER, Annette et al. **The first weeks of the coronavirus crisis: Who got hit, when and why? Evidence from Norway**. National Bureau of Economic Research, 2020.

ALVARENGA, Darlan. Trabalhador com baixa escolaridade deve ser o mais afetado no pós-pandemia, aponta estudo. **G1 Economia**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/03/31/trabalhador-com-baixa-escolaridade-deve-ser-o-mais-afetado-no-pos-pandemia-aponta-estudo.ghtml> Acesso em: jul.2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus: Relatório de Mercado**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus> Acesso em: abr.2021.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 69, p. 55-63, 2020.

BENZEVAL, Michaela et al. The idiosyncratic impact of an aggregate shock: the distributional consequences of COVID-19. **Available at SSRN 3615691**, 2020.

BORJAS, George J.; CASSIDY, Hugh. **The adverse effect of the covid-19 labor market shock on immigrant employment**. National Bureau of Economic Research, 2020.

BRASIL, Ministério Da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso da doença**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em: mar.2021.

CARVALHO, S., CAVALCANTI, M. A., LAMEIRAS, M. A., E RAMOS, L.. Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da Covid-19. **Carta de Conjuntura**, 49, Nota 12, 4º trimestre de 2020.

CASTELLO BRANCO, R. **Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getulio Vargas, 1979, 162 p

CORSEUIL, C. H., FRANCA, M. E RAMOS, L. A queda recente das taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho e sua dinâmica. **Carta de Conjuntura**, 48, 3º trimestre de 2020.

COVID19ANALYTICS. BRASIL - A SITUAÇÃO EM 9 DE JULHO DE 2020. **RELATÓRIO TÉCNICO**, 2020. URL: [HTTPS://COVID19ANALYTICS.COM.BR/wp-content/uploads/2020/07/20200711-RELAT%C3%B3RIO-COVID19ANALYTICS.PDF](https://COVID19ANALYTICS.COM.BR/wp-content/uploads/2020/07/20200711-RELAT%C3%B3RIO-COVID19ANALYTICS.PDF).

ECLA-ILO. November 2020. Employment Situation in Latin America and the Caribbean

Employment trends in an unprecedented crisis policy challenges. Estados Unidos, novembro de 2020. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46309/4/S2000600\\_en.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46309/4/S2000600_en.pdf) Acesso em: mar.2021.

FAIRLIE, Robert W.; COUCH, Kenneth; XU, Huanan. **The impacts of COVID-19 on minority unemployment: First evidence from April 2020 CPS microdata. National Bureau of Economic Research**, 2020.

FIRPO, S. P.; GONZAGA, G.; NARITA, R.. **Decomposição da evolução da desigualdade de renda no Brasil em efeitos idade, período e coorte**. 2003.

GAUDECKER, Hans-Martin Von et al. Labour supply in the early stages of the CoViD-19 Pandemic: Empirical Evidence on hours, home office, and expectations. **IZA Discussion Papers**, 13158, Institute of Labor Economics (IZA). 2020.

HECKSHER, M. Que fração dos postos de trabalho perdidos na pandemia já foi recuperada? **Carta de Conjuntura**, 49, Nota 14, 4º trimestre de 2020.

ILO Monitor. COVID-19 and the world of work. Sixth edition. Updated estimates and analysis. **Part I. Latest labour market developments**. Estado Unidos, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_755910.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_755910.pdf) Acesso em: mar.2021.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Efeitos da Covid sobre o Saldo de Empregos Celetista Cearense em 2020. **IPECE Informa**. Fortaleza – Ceará: Ipece, 2021a.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Termômetro do mercado de trabalho**. 4º trimestre / 2020. Fortaleza – Ceará: Ipece, 2021b.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Os principais resultados da PNAD COVID mensal do IBGE para o Ceará. **IPECE Informa**. Fortaleza – Ceará: Ipece, 2020a.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Uma análise dos indicadores sociais do Ceará por cor e raça declarada. **IPECE Informa**. Fortaleza – Ceará: Ipece, 2020b.

LEE, Sang Yoon Tim; PARK, Minsung; SHIN, Yongseok. Hit harder, recover slower? Unequal employment effects of the Covid-19 shock. **National Bureau of Economic Research**, 2021.

MARTINS, F; GÓES, G. S.; NASCIMENTO, J.A.S. O impacto da pandemia no modo de trabalho no setor público e privado. **Cadernos De Finanças Públicas**, v. 20, n. 3, 2020.

NERI, M. Causas da queda recente da desigualdade. **Conjuntura Econômica**, v. 61, n. 3, p.41-43, 2007.

NERI, M. **A Escalada da Desigualdade: Qual impacto da crise sobre distribuição de renda e pobreza**. Rio de Janeiro, RJ: FGV-Social, 2019.

NERI, M. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada.** Rio de Janeiro, RJ: FGV-Social, 2020a.

NERI, M. **Qual foi o impacto imediato da Pandemia do Covid sobre as classes econômicas brasileiras?** Rio de Janeiro, RJ: FGV-Social, 2020b.

NERI, Marcelo Cortes. **Diagnóstico da Evolução dos Indicadores Sociais em Curitiba.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa COVID-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil.** Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: mar.2021.

PAPANIKOLAOU, Dimitris; SCHMIDT, Lawrence DW. **Working remotely and the supply-side impact of COVID-19.** National Bureau of Economic Research, 2020.

PNAD COVID-19. **PNAD COVID19: resultados por semanas de referência.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020.

RAMOS, L. Desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil, de 1995 a 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília: IPEA, v. 2, p. 267-284, 2007.

SHIBATA, Ippei. **The Distributional Impact of Recessions: the Global Financial Crisis and the Pandemic Recession.** 2020. IMF Working Paper 20/96, International Monetary Fund, Washington, DC.

USHER, K.; BHULLAR, N.; JACKSON, D. Life in the pandemic: Social isolation and mental health. **Journal of Clinical Nursing.** 2020.

WEIZSACKER, R. K. VON. **A THEORY OF EARNINGS DISTRIBUTION.** GRÃ-BRETANHA: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1993.

WORLD BANK GROUP. June 2020. **Global Economic Prospects. BOX 1.1 How deep will the COVID-19 recession be?** 2020. Disponível em:

WORLD BANK GROUP. January 2021. **Global Economic Prospects. BOX 1.4 Global growth scenarios.** 2021.

WTTC. World Travel & Tourism Council. **WTTC now estimates over 100 million jobs losses in the Travel & Tourism sector and alerts G20 countries to the scale of the crisis.** 2020. Disponível em: <https://wttc.org/News-Article/WTTC-now-estimates-over-100-million-jobs-losses-in-the-Travel-&-Tourism-sector-and-alerts-G20-countries-to-the-scale-of-the-crisis>. Acesso em: mar.2021.